



DESCENTRALIZAR, CAMINHO PARA MAIS E MELHOR EDUCAÇÃO



Concluído o exigente processo de articulação territorial e institucional para a operacionalização dos 8 Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar e das suas 137 operações, é o momento de redefinir prioridades: urgência do início efetivo de todas as operações para garantir a conclusão no calendário previsto; iniciativas de capacitação das equipas multidisciplinares; reforço da articulação entre municípios, escolas e equipas técnicas de acompanhamento dos planos e das operações.

A transferência de competências na área da educação para os municípios iniciou-se no ano de 1984, com os transportes escolares e a ação social no ensino primário e ciclo preparatório. Em 34 anos, a relação do poder local com o sistema educativo evoluiu muito, desde a educação pré-escolar ao ensino básico e de, forma experimental, alargou-se a escolas com a designação de básicas e secundárias, mediante contratos de execução.

Estamos numa fase de novo incremento de competências para as autarquias locais e de início de transferência para as entidades intermunicipais. Processo exigente que requer tempo, muita cooperação e empenho, clarificando fronteiras de decisão, decidindo metodologias simples e robustas de articulação, disponibilidade dos recursos humanos, financeiros e outros, capacitação das estruturas municipais, sabendo que a realidade institucional e territorial é distinta.

O desafio não dispensa uma visão global e coerente da arquitetura do sistema, pois a dispersão excessiva pode trazer alguns insucessos e atrasos. Talvez no futuro próximo, a articulação e a orientação regional bem estruturadas deem um novo incremento à missão de garantir maior equidade no acesso a todos os níveis de ensino, nomeadamente com o investimento na generalização do acesso às creches e à educação pré-escolar, a oferta de igualdade de oportunidades para a vida e uma maior eficácia no combate ao insucesso e abandono escolares.

António Jorge Nunes

Vogal Executivo do NORTE 2020

NESTE NÚMERO

APRENDER MATEMÁTICA – SEIS BREVES TÓPICOS
[PÁG. 2]

MATEMÁTICA – ALGUNS NÚMEROS
[PÁG. 4]

HYPATIAMAT NA CIM DO AVE – UM CONTRIBUTO PARA A MUDANÇA NA APRENDIZAGEM MATEMÁTICA [PÁG. 6]

PIICIE DAS TERRAS DE TRÁS OS MONTES
[PÁG. 9]

BREVES [PÁG. 11]

COORDENAÇÃO TÉCNICA
CCDRN/ Secretariado Técnico
Emprego, Qualificação e
Inclusão Social (NORTE 2020)

APOIO EDITORIAL
Unidade de Apoio à Estratégia
de Comunicação do NORTE
2020



APRENDER MATEMÁTICA: SEIS BREVES TÓPICOS



1. Uma “tradição” a que não estamos condenados

No contexto geral de evolução positiva da educação escolar, a disciplina de Matemática continua a distinguir-se pelos maus resultados, como atesta a informação apresentada neste boletim.

As histórias de insucesso tendem a reproduzir-se de geração em geração – “Pois, filho, eu também já não dava...” – e ser interiorizadas por muitas crianças. Esta aura de fatalidade dificulta o trabalho das escolas e, em especial, dos professores de Matemática que, em muitos casos, sentem que começam o trabalho em negativos.

Os alunos com bons resultados regressam medalhados de olimpíadas de matemática e de outros eventos internacionais. O nosso problema é a grande quantidade de alunos com fracos ou muito fracos resultados.

Não estamos condenados a que assim tenha de ser, como, por exemplo, não estivemos condenados às taxas de escolarização que penalizaram a Região do Norte durante décadas.

2. Um investimento de toda a sociedade

É necessário trabalhar para um contexto mais favorável à aprendizagem escolar da matemática, ou seja, agir por uma imagem positiva da disciplina, para que não seja uma “má temática”.

Nesse sentido, importa valorizar os contributos específicos, embora não exclusivos, da disciplina: (i) adquirir conhecimentos úteis para resolver problemas e situações do dia a dia; (ii) desenvolver o rigor, a memorização e a atenção; (iii) formar cidadãos mais cientes, que sabem ler informação quantitativa – muitas vezes não mais que desinformação–, com o recurso a estatísticas, gráficos, percentagens, rácios e taxas ...; (iv) saber lidar com o erro na aprendizagem.

Por outro lado, como tudo aponta para que muitos empregos do futuro requeiram capacidades desenvolvidas em matemática, importa evidenciar como a insuficiência de resultados nesta disciplina estreita o leque de escolhas.

3. Uma atuação atempada

A deteção precoce de problemas e a imediata intervenção são fundamentais, pois trata-se de uma área do saber em que não se pode avançar sem dominar conhecimentos e competências básicos. A aprendizagem da disciplina é um processo progressivo e cumulativo, que requer a continuidade das aprendizagens entre anos e ciclos, a começar pela coerência diacrónica dos programas e dos métodos de avaliação e pela colaboração necessária entre docentes dos diversos ciclos.

Neste sentido, sem deixar de valorizar a sensibilização essencialmente lúdica que se realiza em fase pré-escolar, parece-nos que o 1.º ciclo é, também aqui, estruturante e decisivo. A recuperação posterior, embora possível, torna-se cada vez mais penosa.

A este propósito será de referir a relação muitas vezes identificada entre as competências de linguagem e as competências requeridas para a aprendizagem da matemática.



4. Encontrar equilíbrios em matérias controversas

Os objetivos e os métodos de ensino e de aprendizagem da matemática são objeto de acesas divergências, bem presentes nos círculos de especialidade e no espaço público. São numerosas as frentes de debate e polémica: os conteúdos e a abrangência dos programas; os instrumentos de avaliação; o lugar da memorização de regras e procedimentos, do treino, do cálculo mental, da experimentação, da resolução de problemas, dos jogos e de outras dimensões lúdicas; a utilização de tecnologias nas diversas fases de aprendizagem, etc.

A aprendizagem escolar centra-se na relação entre professor e aluno para a aquisição de conhecimentos e competências, tendo em conta os saberes científicos e didáticos e atendendo aos contextos sociais, escolares e familiares. Ora, as crianças são diferentes e têm modos e ritmos diferentes de aprender.

Estas constatações remetem-nos para diversas variáveis a cuidar, designadamente a formação inicial e contínua dos docentes, a cooperação docente e os apoios especializados, os recursos e as condições de trabalho na sala de aula, a começar pela constituição dos grupos de aprendizagem.

5. Mobilizar as famílias

Sobretudo nas etapas iniciais de aprendizagem, que correspondem ao tempo de maior acompanhamento parental da vida escolar das crianças, as famílias podem ser incentivados e apoiadas para ajudarem a vencer o “bicho de sete cabeças”. Desde a utilização de recursos em linha até ao aproveitamento de jogos e tarefas domésticas que mobilizem números e operações são múltiplas as possibilidades de envolvimento das famílias. Mais uma vez, importa ter presente a diferença de contextos e de recursos familiares para evitar acrescentar desigualdade à que existe.

6. Os PIICIE e a matemática

Encontramos nos PIICIE poucas atividades explícita e especificamente dirigidas à promoção dos saberes matemáticos, pois o projeto que apresentamos neste boletim é caso raro. De facto, são bem mais frequentes os projetos que incidem nas artes, nas ciências, na leitura e na escrita, no desporto ...

No entanto, reconheceremos que as atividades de “enriquecimento curricular” ou “circum-escolares”, num registo de jogo e experimentação, revelam-se úteis para desbloquear a relação difícil que muitas crianças e muitos jovens mantêm com a matemática, sobretudo quando estas atividades são realizadas em cooperação com as escolas e com os professores.

José Maria Azevedo
CCDRN

GRUPO DE TRABALHO PARA A MELHORIA DOS RESULTADOS EM MATEMÁTICA

Considerando que, apesar das medidas e dos programas aplicados ao longo dos anos, permanecem elevados níveis de insucesso na disciplina de Matemática, o Ministério da Educação criou o Grupo de Trabalho de Matemática, “que tem a missão de proceder à análise do fenómeno do insucesso, tendo em vista a elaboração de um conjunto de recomendações sobre a disciplina de Matemática - ensino, aprendizagem e avaliação” (cf. [Despacho n.º 12530/2018](#), de 28 de dezembro, do Secretário de Estado da Educação). Para tal, “deve o Grupo de Trabalho ter por base:

- a) A evolução dos resultados da disciplina nas duas últimas décadas;
- b) A eficácia e a eficiência dos diferentes planos e medidas dirigidas à melhoria das aprendizagens em Matemática e à promoção do sucesso escolar;
- c) A evolução dos resultados dos estudos de comparabilidade internacional;
- d) Os instrumentos de avaliação interna e externa;
- e) As metodologias de ensino e o seu impacto nos resultados.”

O Grupo de Trabalho, que deverá apresentar as suas recomendações até 30 de junho de 2019, é coordenado por Jaime Carvalho e Silva, da Universidade de Coimbra, e constituído por professores do ensino superior, dos ensinos básico e secundário e por um representante da DGE.

MATEMÁTICA – Alguns números

No contexto de uma melhoria geral da educação escolar nas últimas décadas, permanecem resultados especialmente preocupantes em Matemática, seja na avaliação interna, seja externa – provas e exames nacionais. Apresentamos de seguida três tipos de resultados.

As lacunas graves nas aprendizagens prenunciam dificuldades no prosseguimento bem-sucedido de estudos e limitam, para muitos jovens, a possibilidade de escolha, tanto da área de estudo como de atividade profissional.

I. RESULTADOS NOS 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

A Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência disponibilizou dois estudos de caracterização dos resultados por disciplina nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico (DGEEC – 2º ciclo; DGEEC – 3º ciclo). Apesar de a informação não estar desagregada, pois refere-se unicamente ao Continente, de respeitar ao ano letivo de 2015/2016, já distante, e de só considerar os alunos matriculados em escolas públicas, constitui uma boa base para uma caracterização sumária dos resultados em cada disciplina. Por outro lado, estes dados são consistentes com os obtidos, por exemplo, nas [provas finais](#) do 3.º ciclo do EB.

1. Começemos por recordar o **nível geral de insucesso** no ano em causa, expresso na taxa de retenção e desistência.

Taxa de retenção e desistência, 2015/16 (%)

5.º ano	6.º ano	7.º ano	8.º ano	9.º ano
6,8	6,7	12,6	8,0	9,0

No ano letivo seguinte – 2016/17 – os resultados correspondentes foram: 6,1; 5,6; 11,4; 6,7 e 7,0 (Fonte: DGEEC)

2. Se considerarmos **cada disciplina**, verificamos que a Matemática obtém sempre e destacadamente os piores resultados, especialmente no 3.º ciclo. Como termo de comparação, acrescentamos os resultados em Inglês e em Português, as disciplinas com mais insucesso a seguir à Matemática (nestas condições, poder-se-ia ainda considerar a disciplina de Físico-Química, só no 3.º ciclo).

Alunos com classificação final negativa na disciplina, 2015/16 (%)

Disciplina	5.º ano	6.º ano	7.º ano	8.º ano	9.º ano
Matemática	23	22	33	37	37
Inglês	12	14	18	15	13
Português	10	9	17	14	10

3. Se selecionarmos apenas **os alunos que transitaram de ano**, verificamos que os níveis de insucesso na disciplina são elevados e aumentam de ano para ano de escolaridade. Assim, um terço dos alunos conclui o 9.º ano e transita para o ensino secundário com uma classificação negativa a Matemática.

Alunos que transitaram com classificação final negativa na disciplina, 2015/16 (%)

Disciplinas	5.º ano	6.º ano	7.º ano	8.º ano	9.º ano
Matemática	18	18	25	32	33
Inglês	8	10	10	11	9
Português	5	4	8	9	4

4. Considerando agora só **os que não transitaram** de ano, constatamos que entre 94 % e 97 % obtêm classificação negativa a Matemática, evidenciando o peso desta disciplina no insucesso geral.

Alunos que não transitaram com classificação final negativa na disciplina, 2015/16 (%)

Disciplinas	5.º ano	6.º ano	7.º ano	8.º ano	9.º ano
Matemática	97	96	94	96	97
Inglês	84	79	73	68	53
Português	89	85	81	80	79

II. RESULTADOS NAS PROVAS DE AFERIÇÃO DE 2018

Em maio e junho de 2018, realizaram-se provas de aferição de Matemática nos 2.º e 8.º anos de escolaridade. No início do presente ano letivo foram disponibilizados às escolas relatórios por aluno, com “informação, primordialmente destinada aos professores e às famílias, que permite identificar fragilidades de aprendizagem”, e por escola, com “informação por turma, por escola e a nível nacional.”

Uns e outros pretendem constituir-se como instrumentos de diagnóstico e como base para uma ação que promova a melhoria, desde a formação de docentes ao planeamento da ação pedagógica com cada aluno, passando por atividades como as que são tipicamente desenvolvidas no âmbito dos PIICIE. Posteriormente, teremos um relatório desenvolvido, que incluirá informação por NUTS III.

Em janeiro de 2019 foram divulgados resultados globais (in: IAVE, *Resultados Nacionais das Provas de Aferição, 2018*). Assim, no que respeita ao 2.º ano de escolaridade, as dificuldades são mais notórias no domínio “Números e Operações”; já no 8.º ano, mais de dois terços dos alunos revelam dificuldades, não respondem acertadamente ou não respondem em todos os cinco domínios em apreciação.

Resultados nacionais das Provas de aferição a Matemática, 2018 (%)

2.º ano de escolaridade

Áreas disciplinares/Domínios	C	CM	RD	NC/NR
Números e Operações	12,2	19,9	39,5	28,4
Geometria e Medida	27,0	28,4	32,1	12,5
Organização e Tratamento de Dados	61,2	5,3	22,4	11,1

8.º ano de escolaridade

Áreas disciplinares/Domínios	C	CM	RD	NC/NR
Números e Operações	18,4	6,3	25,2	50,0
Geometria e Medida	8,3	14,1	35,5	42,1
Funções, Sequências e Sucessões	14,4	18,0	39,5	28,1
Álgebra	13,0	15,7	30,1	41,2
Organização e Tratamento de Dados	12,5	4,8	41,2	41,5

Fonte: IAVE

Legenda: C - Conseguiram responder de acordo com o esperado; CM - Conseguiram responder de acordo com o esperado, mas podem ainda melhorar; RD - Revelaram dificuldade na resposta; NC/NR - Não conseguiram responder de acordo com o esperado ou Não responderam

III. RESULTADOS NO PISA DE 2015

De três em três anos a OCDE aplica o teste do PISA (Programme for International Student Assessment), que “avalia se os alunos de 15 anos, de todas as modalidades de educação e formação, conseguem mobilizar os seus conhecimentos e competências de leitura, matemática ou ciências na resolução de situações relacionadas com o dia a dia das sociedades contemporâneas”.

Na edição de 2015, o desempenho médio nacional em literacia matemática (492 pontos) ficou muito próximo da média de todas os participantes no teste (490). Este resultado dá continuidade ao progresso verificado desde o PISA do ano 2000, quando Portugal obteve 454 pontos (IAVE, *PISA 2015 – PORTUGAL*).

Nos resultados por NUTS III da Região do Norte, encontramos situações muito díspares: por um lado, o Alto Minho, com um resultado (518 pontos) significativamente superior à média nacional, e, por outro, o Alto Tâmega (461), as Terras de Trás os Montes (455) e Tâmega e Sousa (454) com resultados significativamente inferiores à média nacional, constituindo mesmo os três resultados mais baixos no contexto nacional. As restantes NUTS III da RN não apresentam valores que o estudo considere significativamente distantes da média nacional: Douro (509), AMP (496), Cávado (486) e Ave (484).

No final de 2019 serão disponibilizados os resultados referentes ao teste aplicado em 2018.



HYPATIAMAT NA CIM DO AVE – UM CONTRIBUTO PARA A MUDANÇA NA APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA

O Projeto Hypatiamat nasceu como resposta à preocupação crescente, junto da comunidade educativa, quanto ao desempenho escolar na matemática. Este Projeto visa promover a excelência e o desenvolvimento do sucesso escolar, sobretudo centrado na matemática, do 1.º ao 9.º ano de escolaridade. A parte mais visível deste Projeto é uma plataforma online (<https://www.hypatiamat.com>), onde estão disponíveis aplicações para dispositivos móveis (incluindo jogos) que contemplam os temas e as competências transversais presentes no currículo do Ensino Básico (EB); e outros recursos (guiões, vídeos e pdf) para utilização na sala de aula ou para orientação metodológica dirigida a professores e encarregados de educação. O projeto é orientado de forma direta para os alunos, promovendo o prazer de fazer matemática, mas apela ao envolvimento de professores e encarregados de educação num mesmo propósito de melhorar a aprendizagem e o rendimento escolar neste domínio. Note-se que o insucesso nesta disciplina tem, frequentemente, as suas raízes em aprendizagens incompletas ou disfuncionais, resultantes de uma construção pobre do edifício da matemática.

A intervenção do Projeto Hypatiamat aproveita o gosto natural que os alunos têm por ambientes tecnológicos. Com esse objetivo, propõe-se munir os professores de ferramentas que lhes possibilitem incorporar, nas suas práticas diárias, metodologias que utilizem esse tipo de ambientes, devidamente articuladas com outras metodologias. Note-se que as aprendizagens são tanto mais ricas e eficazes quanto mais diversificadas as experiências e os contextos que são facultados aos alunos, e é nessa perspetiva que o Projeto Hypatiamat oferece uma grande diversidade de materiais e abordagens, permitindo aos professores trabalhá-los não só em contexto tecnológico, mas também concreto.

Considerando que os primeiros anos de escolaridade são essenciais para a construção do conhecimento em matemática e para o desenvolvimento de capacidades transversais, como o raciocínio lógico e a resolução de problemas, e tendo em conta que a evolução da aprendizagem matemática se processa numa dinâmica contínua e em espiral, é importante o estabelecimento

de bases sólidas para não serem comprometidas as aprendizagens dos anos seguintes. Assim, a implementação do Projeto nos Agrupamentos de Escolas (AE) do território educativo da CIM do Ave direciona-se essencialmente para o 2.º ano do EB (<https://www.hypatiamat.com/1ciclopagem.php>). As ações desenvolvidas com as comunidades educativas da CIM do Ave enquadram-se no âmbito do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar e visam a prossecução dos seguintes objetivos:

- Promover a qualidade do ensino/aprendizagem da matemática mediante a utilização e integração das novas tecnologias em sala de aula, através dos recursos disponíveis na plataforma Hypatiamat, capitalizando-se, assim, a familiaridade e o gosto dos alunos por ambientes mais tecnológicos.
- Munir os professores de uma ampla variedade de recursos, digitais ou não (apps e jogos sérios, vídeos, tarefas de apoio e jogos em pdf, ...), que, depois de serem por eles analisados e explorados, possam ser aplicados, na sala de aula e fora dela, com vista à promoção do desenvolvimento matemático dos alunos.
- Implicar e capacitar os professores para articularem, com autonomia, na sala de aula, os diferentes tipos de recursos pedagógicos disponíveis na plataforma, no processo de ensino/aprendizagem da matemática, para envolverem mais ativamente os alunos, levando-os assim a melhorar o seu rendimento escolar, nesta disciplina, desde o 1.º ano de escolaridade.
- Fomentar a utilização de jogos sérios da plataforma, orientados para a promoção de competências lógico-matemáticas e para o desenvolvimento de competências transversais, nomeadamente na resolução de problemas, memória, atenção, sabendo-se que a promoção de competências transversais através de jogos sérios é um apoio fundamental para a melhoria das aprendizagens de conteúdos específicos.
- Analisar a eficácia da utilização do projeto a nível da implicação dos participantes no



processo de ensino/aprendizagem e no rendimento escolar dos alunos na disciplina de matemática.

O trabalho desenvolvido assenta numa estratégia de trabalho colaborativo entre os membros da equipa Hypatiamat, docentes com formação académica na área da Matemática, da didática da Matemática e da Tecnologia Educativa, contando com o apoio de instituições do ensino superior, Escola Superior de Educação de Coimbra, Universidade de Coimbra e Universidade do Minho.

A implementação deste Projeto na CIM do Ave é ainda apoiada por um grupo de nove professoras mediadoras que realizam o trabalho de apoio e acompanhamento dos Professores Titulares de Turma (PTT), sob a orientação dos elementos da equipa Hypatiamat.

Ações realizadas/em curso

Ao abraçar o desafio de intervir junto dos atores das comunidades educativas da CIM do Ave, a equipa do projeto Hypatiamat fê-lo na convicção de que poderia colaborar com os municípios e com os PTT dos AE no sentido de alterar o paradigma de ensino da Matemática no 1.º ciclo do ensino básico. Para o efeito, tem vindo a implementar as seguintes ações:

- Ajudar na generalização do acesso às tecnologias digitais por parte de todos os PTT e dos alunos para realizarem trabalho pedagógico no âmbito da Matemática.
- Desenvolver, em parceria com os centros de formação das comunidades educativas da CIM do Ave, ações de capacitação para os PTT envolvidos no projeto, nomeadamente para a monitorização do desempenho dos alunos na realização das tarefas, através de um *BackOffice*.
- Apoiar e acompanhar PTT e alunos, em colaboração com as docentes mediadoras do projeto Hypatiamat.
- Realizar jornadas de cálculo mental com os alunos orientadas para a sua participação no campeonato de cálculo mental da CIM do Ave.

- Disponibilizar aos PTT instrumentos de avaliação diagnóstica e de avaliação formativa das aprendizagens matemáticas dos alunos.



I Campeonato de Cálculo Mental da CIM do Ave

Envolvimento com os atores educativos

Os membros da equipa Hypatiamat defendem que os PTT são uma âncora para uma efetiva aprendizagem, são os timoneiros que orientam viagens pelo conhecimento, neste particular do conhecimento matemático. Defendem ainda que só um PTT motivado consegue motivar os seus alunos. As sessões de capacitação Hypatiamat são o local de eleição para iniciar um processo de habilitação para o trabalho pedagógico com os recursos Hypatiamat. Numa primeira fase, o envolvimento dos PTT passa pelo registo na plataforma e pela criação das suas turmas. Numa segunda fase, são os alunos que estabelecem laços com a plataforma, efetuam o registo, sendo-lhes fornecidas as credenciais de acesso à plataforma, através do passaporte Hypatiamat do aluno. Assim, passa a existir um envolvimento tripartido, aluno ↔ professor, aluno ↔ encarregado de educação e professor ↔ encarregado de educação, procurando-se manter alunos, pais e PTT envolvidos e comprometidos com a aprendizagem da matemática.

O aluno é assim orientado para assumir o papel de agente na construção do seu próprio conhecimento, responsabilizando-o, tornando-o mais autónomo, mais capaz e confiante na sua relação com a matemática.

Consideramos ainda que, pelo facto de vivermos numa era de pendor digital, o aluno tem facilidade em acompanhar a utilização de recursos multimédia sem grandes constrangimentos. Esta mais valia, aliada à exploração dos conhecimentos matemáticos através das Apps Hypatiamat, ajudam na melhoria das suas competências digitais e na qualidade das aprendizagens matemáticas, que pretendemos que sejam duradoiras e significativas.



Apps de conteúdos Hypatiamat.

A exploração dos conteúdos matemáticos por parte dos professores através das Apps Hypatiamat, seja para introduzir conteúdos, seja para permitir a consolidação de conhecimentos dos alunos, é bastante intuitiva. Se o PTT tiver os recursos tecnológicos adequados e estiver capacitado para a sua utilização, a narrativa Hypatiamat é dotada de uma diversidade de tarefas e de contextos variados que facilitam a aquisição e a compreensão dos conteúdos por parte dos alunos. Como consequência, estes, na sua generalidade, conseguem depois fazer explorações autónomas na construção do seu próprio conhecimento. Esta é uma das principais características do Hypatiamat.



Aula de Matemática

Numa situação de trabalho autónomo com “login”, o aluno, em contexto de sala de aula e não só, consegue ver em tempo real a evolução do seu desempenho na exploração dos diversos conteúdos. Na posse desse *feedback* o professor, se considerar oportuno, pode informar e (re)orientar o aluno durante o seu percurso de aprendizagem.

Dificuldades e expetativas

Ao agendarmos a nossa intervenção para a CIM do Ave, estávamos conscientes que o caminho a percorrer não seria linear. Havia que concertar com os municípios envolvidos, uma abordagem prática, não centrada nos problemas, mas sim nas soluções. Tínhamos consciência que um bom diagnóstico seria fundamental para elencar necessidades específicas (recursos tecnológicos para a sala de aula, acesso à internet, por cabo e wi-fi) a fim de capitalizar a utilização dos recursos Hypatiamat.

O diagnóstico foi realizado por sala de aula e estabelecimento de ensino com a colaboração das professoras mediadoras. Numa primeira fase, concluímos que eram poucas as salas que estavam devidamente apetrechadas para garantir o sucesso do projeto. Do diálogo encetado com os agentes responsáveis nos municípios pela manutenção e apetrechamento das salas de aula, muitas soluções foram encontradas. Neste particular, as respostas apresentadas dependem de fatores diversos indexados à capacidade de resposta de cada município, ao papel assumido pelos agentes educativos locais na criação de condições para configurar um novo paradigma educacional para os alunos nos AE.

Monitorização do projeto

Mediante o protocolo estabelecido, a equipa do projeto Hypatiamat realiza e apresenta à CIM do Ave relatórios periódicos sobre a execução do projeto. A intervenção do projeto Hypatiamat na CIM do Ave tem a duração de três anos e, entre outros objetivos, pretende abranger cerca de 10 000 alunos durante a sua execução. Parte desse objetivo estará alcançado, pois no final do ano letivo de 2018/19 veremos capacitados 324 PTT e envolveremos, aproximadamente, 6542 alunos (65%).

Ricardo Pinto

Coordenador do projeto Hypatiamat



PIICIE-TTM, UM DESAFIO DE HOJE PARA O FUTURO



A Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), constituída pelos concelhos de Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais, assumiu como um dos pilares para o desenvolvimento sustentável do território a educação. Apesar de nos últimos anos ter sido efetuado um investimento significativo em infraestruturas e na melhoria das condições de ensino na região, os números

do insucesso e do abandono escolares continuam a ser os mais elevados da região Norte e dos maiores do país. A esta problemática, acrescem a diminuição crescente do número de alunos, consequência do despovoamento do território, e um corpo docente cada vez mais envelhecido.

A comunidade educativa, as famílias, as entidades públicas têm um papel fulcral na inversão deste cenário, contribuindo para superar estas adversidades e colocando o foco do ensino nos alunos e na melhoria dos processos de ensino/aprendizagem.

Consciente deste facto, a CIM-TTM delineou o seu Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE-TTM) consensualizado pela comunidade local e construído durante sessões plenárias e setoriais ao longo de quatro anos.

A constituição desta rede colaborativa, envolvendo agrupamentos, municípios, centros de formação profissional, instituições de ensino superior, escolas profissionais e a Estrutura de Missão do Programa Nacional de Promoção de Sucesso Escolar, entre outras, foi fator determinante para a geometria peculiar e por isso desafiadora deste Plano.

No terreno, estão a ser implementados 22 projetos: sete de dimensão supramunicipal – transversais a todos os municípios e 15 promovidos pelos municípios, facto que faz do PIICIE-TTM um instrumento que vai dar resposta quer às necessidades globais, quer às idiossincrasias de cada comunidade educativa.

A geometria do PIICIE-TTM revela-se um desafio constante, pois a presença de operações supramunicipais conduz à corresponsabilização de todos os parceiros presentes na sua génese e de outros a envolver na sua execução (tais como a ANQEP, a DGE, a DGEstE). Tal reveste-se de uma motivadora complexidade, implicando não só o acompanhamento das operações em articulação com a equipa de monitorização, como o desenho e a execução de algumas ações e a definição de linhas de orientação educativa a criar para o futuro da região.



Esta vertente está assegurada através da criação do Grupo Técnico de Acompanhamento, configurando-se como um instrumento capaz de contribuir para alterar definitivamente a realidade educativa da região.

O PIICIE-TTM é um projeto ambicioso e que coloca novos desafios não só à CIM-TTM como às entidades governamentais responsáveis pelo setor. O PIICIE-TTM não se reduz a um mero programa de combate ao insucesso e abandono escolares, caracteriza-se pelo seu carácter inovador não só pelas metodologias que conduziram à sua elaboração, mas sobretudo pelos projetos que está a concretizar.

Porventura, o maior desafio que se impõe neste campo é o relacionado com a operação “Plano de Ação para a Valorização da Educação – Formação dos Jovens” que vai reorganizar a rede de ensino profissional da região com a aplicação de um projeto-piloto baseado no conceito de turmas partilhadas e apoiado na reestruturação da rede de transporte local. Trata-se de um projeto que visa otimizar recursos, adaptando-os às necessidades e expectativas dos alunos, maximizando a oferta territorial neste campo e garantido um ensino de qualidade e proximidade. A ideia passa por permitir que o aluno frequente as componentes sociocultural e científica na sua escola de origem, não o desenraizando do seu seio educativo e familiar – fulcrais para o seu desenvolvimento –, e a componente de formação técnica na escola profissional ou outra que ofereça o curso mais bem adaptado à sua vocação.

A Implementação deste projeto vai permitir aos atores locais ter uma voz ativa e participativa na definição de políticas educativas coerentes e ajustadas às realidades do território.

O que é facto é que o PIICIE-TTM fez o território olhar, pela primeira vez de forma conjunta, para a realidade educativa local, desenvolvendo um plano que visa capacitar e valorizar escolas, professores, assistentes operacionais, alunos, pais e encarregados de educação.

Pela sua natureza e objetivo, o PIICIE-TTM assume-se como o projeto mais marcante da aplicação dos Fundos Comunitários contemplados no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes.

Trata-se de um Plano arrojado, mas firmado na crença de que os jovens terão a oportunidade de obterem o apoio necessário ao seu sucesso, desenvolvendo as competências necessárias para enfrentarem os desafios do futuro neste mundo cada vez mais competitivo e mais exigente em termos de conhecimento.

Uma aposta na educação dos jovens é a garantia da construção dum futuro melhor para as gerações vindouras.

Rui Caseiro

Primeiro Secretário da CIM das Terras de Trás-os-Montes



TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O PODER LOCAL NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO

No quadro da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, foi publicado o [Decreto-Lei n.º 21/2019](#), de 30 de janeiro, que “concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação” e “regula ainda o funcionamento dos conselhos municipais de educação” (artigo 1.º).

O diploma (i) estabelece a base comum de competências do poder local no domínio da educação, quando se verifica uma grande diversidade de situações e estão em vigor diferentes protocolos e contratos interadministrativos, (ii) alarga a ação do poder local ao ensino secundário, nas diversas dimensões desta ação, de forma a corresponder à abrangência atual da escolaridade obrigatória, e (iii) prevê intervenções específicas das entidades intermunicipais quando esta escala é pertinente para cuidar das matérias em causa, designadamente no planeamento da rede educativa e dos transportes escolares.

O preâmbulo do decreto-lei declara que o quadro de distribuição de competências agora definido respeita princípios como “a integridade do serviço público de educação, a equidade territorial e a solidariedade intermunicipal e inter-regional no planeamento das ofertas educativas e formativas e na afetação dos recursos públicos no quadro da correção de desigualdades e assimetrias locais e regionais, bem como a tomada de decisões numa lógica de proximidade” e destaca “a salvaguarda da autonomia pedagógica e curricular dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas (...) e a estrita observância dos direitos de participação dos docentes no processo educativo”.

São definidas as competências em causa e as condições de financiamento do seu exercício, em dimensões como (i) instrumentos de planeamento – carta educativa, transportes escolares, rede de oferta de educação, (ii) investimento e (iii) gestão – apoios e complementos educativos (ação social escolar, refeitórios, transportes, residências, escola a tempo inteiro), pessoal não docente, funcionamento de edifícios escolares e segurança escolar.

O decreto-lei mantém o conselho municipal de educação como órgão de consulta do município e alarga a sua composição, visto que passa a incluir também um representante de cada um dos conselhos pedagógicos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do município (a par dos diretores dos mesmos agrupamentos ou escolas), um representante da respetiva comissão de coordenação e desenvolvimento regional e um representante das instituições particulares de solidariedade social com atividade na área da educação.

O diploma não autonomiza explicitamente a intervenção dos municípios e das entidades intermunicipais em dimensões mais abrangentes que enquadrem iniciativas como a promoção dos PIICIE ou a elaboração de planos municipais de educação; no entanto, determina que “a carta educativa deve refletir a estratégia municipal para a redução do abandono escolar precoce e para a promoção do sucesso educativo” (n.º 3 do artigo 7.º) e inclui, entre as competências do conselho municipal de educação, a “apreciação dos projetos educativos a desenvolver no município” (alínea e) do n.º 1 do artigo 56.º).

Está prevista uma assunção gradual das competências até 1 de janeiro de 2021. Com uma assinalável diferença de opiniões e uma grande diversidade de pontos de partida dos municípios, o processo enfrenta desafios em aspetos como os recursos técnicos e financeiros disponíveis e a mobilizar ou a relação do poder local com as escolas e com a administração central da educação.



PONTO DE SITUAÇÃO DAS OPERAÇÕES DOS PIICIE

A informação constante do quadro seguinte revela as dificuldades no arranque da execução das operações inseridas nos PIICIE. De qualquer modo, em relação ao ponto de situação de 15 de novembro, destaca-se o aumento do número total de operações “em execução” de 66 (48,2 %) para 108 (78,8 %).

Estado das operações dos PIICIE

Entidades Intermun.	Audiência Prévia		Aceites		Em execução		Total
	Número	%	Número	%	Número	%	Número
Alto Minho	0	0,0	0	0,0	11	100,0	11
Alto Tâmega	0	0,0	2	12,5	14	87,5	16
AMP	0	0,0	3	16,7	15	83,3	18
Ave	0	0,0	11	50,0	11	50,0	22
Cávado	0	0,0	0	0,0	19	100,0	19
Douro	1	5,0	4	20,0	15	75,0	20
Tâmega e Sousa	0	0,0	0	0,0	9	100,0	9
Terras de Trás-os-Montes	0	0,0	8	36,4	14	63,6	22
Total	1	0,7	28	20,4	108	78,8	137

Fonte: NORTE 2020, 7 de fevereiro de 2019

PERCURSOS DIRETOS DE SUCESSO NOS 1.º e 2.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

O InfoEscolas – <http://infoescolas.pt> – é um portal de estatísticas dos ensinos básico e secundário, que disponibiliza informação por escola, por concelho e por distrito e para o Continente.

O indicador designado “percursos diretos de sucesso” é um dos mais interessantes entre os que o portal disponibiliza. Depois do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, está agora disponível a informação referente aos 1.º e 2.º ciclos (% de alunos que concluem o ciclo em quatro e dois anos, respetivamente).

Para cada escola, concelho ou distrito, é estabelecida a diferença entre a percentagem de percursos diretos de sucesso aí obtida e a média calculada para os alunos do Continente com um perfil semelhante, tendo em conta, quanto possível, o contexto socioeconómico dos alunos em causa (“idade, apoios da Ação Social Escolar, habilitação da mãe e natureza pública ou privada da escola que frequentam”).

1.º ALTOMINHO DIGITAL MINDS 2019

A CM de Arcos de Valdevez e a CIM Alto Minho, com a organização do Centro de Formação e Inovação dos Profissionais de Educação/Escolas do Alto Lima e Paredes de Coura e a colaboração de empresas e de outros parceiros estratégicos, incluindo do Ministério da Educação, promovem o 1º ALTOMINHO DIGITAL MINDS 2019 (informação disponível em <http://www.minhodigitalminds.pt>).

Os promotores enquadram a iniciativa: “a Tecnologia, as canetas digitais, hologramas, plataformas de ensino táteis, inteligência artificial, jogos digitais, realidade aumentada não serão ficção científica nos próximos 30 anos. Como pode, tudo isto, influenciar a forma como ensinamos e aprendemos? De que escola precisamos? Como ajustá-la ao mundo do trabalho e à construção de cidadãos com valores? Quais as *soft skills* mais valorizadas?”

Este evento, com umas ações mais dirigidas para o público jovem e outras para educadores e especialistas, decorrerá nos **dias 29 e 30 de Março de 2019**, no Parque de Exposições de Arcos de Valdevez. Está prevista a realização de um *Fórum Educativo*, duas *ações de capacitação/workshops* paralelas e uma *feira/mostra*.